

Diário Oficial

Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco



Ano CIII • Nº 92

Edição eletrônica

Recife, sábado, 23 de maio de 2026

Eleições 2026: seminário discute novas regras e uso de IA nas campanhas

Especialistas analisaram aspectos da legislação eleitoral e tiraram dúvidas dos participantes

Para explicar as principais regras e desafios do processo eleitoral deste ano, a Alepe promoveu na quinta (21), por meio da Escola do Legislativo (Elepe), o seminário “Eleições 2026: Novos Marcos e Segurança Jurídica”. O uso da inteligência artificial na propaganda eleitoral também foi tema de discussão.

RESOLUÇÕES

Servidor do TRE-PE, Eratóstenes Gomes abordou as principais resoluções aprovadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entre

as novidades estão a ampliação das possibilidades de transferência temporária de eleitores, com solicitação entre julho e agosto. A medida beneficia não apenas quem estiver em trânsito no dia da votação, mas também mesários convocados para atuar fora do domicílio eleitoral e policiais militares deslocados para trabalhar durante o pleito.

No registro de candidaturas, a principal inovação é o Requerimento de Declaração de Elegibilidade (RDE), que permite ao pré-candidato ou ao partido solicitar antecipa-



FOTOS: NANDO CHIAPPETTA

TRE – Servidores da Justiça Eleitoral explicaram resoluções do TSE válidas para as eleições de 2026



ELEPE – Seminário sobre regras e desafios do processo eleitoral deste ano foi realizado por meio da Escola do Legislativo

damente uma análise da Justiça Eleitoral sobre a possibi-

lidade de disputar o pleito.

Gomes ainda lembrou que os pedidos de registro de candidatura deverão ser enviados até 15 de agosto pelo sistema Candex. Em relação ao domicílio eleitoral, existe uma flexibilização aos candidatos que comprovem vínculo com o município onde pretendem concorrer.

COTA DE GÊNERO

Combate à fraude na cota de gênero, exigência de ao menos duas candidaturas por partido ou federação – uma de cada gênero –, e a importância da prestação de contas de campanha foram outros pontos citados.

Por fim, foi frisado que a idade mínima para depu-

tados federais e estaduais é de 21 anos na data da posse – a qual também teve mudanças. Presidente e governadores assumirão os cargos em 5 e 6 de janeiro, respectivamente, enquanto os parlamentares seguirão datas definidas pelos regimentos das casas legislativas.

Superintendente da Elepe, Alberes Lopes fez uma defesa do sistema eleitoral brasileiro e da urna eletrônica. “Temos que acreditar sempre no nosso processo eleitoral que é legítimo, sério, moderno e elogiado mundialmente. Esse ano, vai ter muito trabalho de combate às *fake news*, e vamos nos orgulhar cada vez mais da Justiça

Eleitoral”, disse.

A mesa de abertura teve a participação ainda do superintendente-geral da Alepe, Aldemar Santos, e do servidor do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) Orson Lemos.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

O advogado Delmiro Campos defendeu que a Justiça Eleitoral precisa atualizar sua forma de analisar a propaganda política na era da inteligência artificial, suscetível à manipulação de forma quase imperceptível, por meio de filtros, edições e ferramentas presentes nas redes sociais.

Continua na página 2

Continuação da página 1

Entre as novas resoluções do TSE, candidatos e agentes políticos devem ser obrigados a informar quando utilizarem conteúdos produzidos ou alterados por IA, como, por exemplo, o selo de identificação adotado pelo Instagram.

Na avaliação do advogado Delmiro Campos, a Justiça Eleitoral ainda adota uma visão limitada ao analisar publicações isoladamente, sem considerar fatores como alcance, impulsionamento, coordenação entre perfis e uso de ferramentas de manipulação. Um exemplo prático são os perfis aparentemente humorísticos que, segundo sua análise, podem ser utilizados para influenciar a opinião pública, atacar adversários e disseminar desinformação de forma coordenada.

O especialista também ressaltou que já existem precedentes na Justiça Eleitoral para punição de campanhas baseadas em desinformação, inclusive com possibilidade de cassação de mandato. “O novo desafio não é apenas identificar o pedido explícito de voto ou a ofensa direta, mas compreender o alcance e os efeitos da mensagem no ambiente digital”, concluiu.

CALENDÁRIO ELEITORAL

A advogada Diana Câ-



FOTO: NANDO CHIAPPETTA

PÚBLICO – Profissionais envolvidos no processo eleitoral receberam orientações de servidores do TRE-PE durante o evento

mara debateu o calendário eleitoral e as novidades previstas para as eleições de 2026. De acordo com ela, o período de pré-campanha passa a ser compreendido a partir do momento em que os possíveis candidatos começam a se apresentar publicamente como postulantes aos cargos eletivos, podendo inclusive apresentar propostas e plataformas políticas, mas sem realizar

pedido explícito de voto antes do início oficial da campanha eleitoral, marcado para 16 de agosto.

Ela também explicou que as convenções partidárias, período em que os partidos oficializam candidaturas e definem coligações, poderão ser realizadas entre os dias 20 de julho e 5 de agosto. Segundo a advogada, cada partido possui autonomia para escolher a data mais adequa-

da para a realização da convenção e poderá indicar até 100% mais um do número de vagas em disputa, desde que respeite a regra da cota de gênero, que determina o preenchimento mínimo de 30% e máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

Após as convenções, os partidos terão até o dia 15 de agosto, às 19h, para realizar o registro das candidaturas. Ela ressaltou a importância de que esse procedimento seja feito o quanto antes, uma vez que somente após o registro é possível emitir o CNPJ do candidato e, conseqüentemente, abrir a conta bancária de campanha, requisito necessário para a realização de gastos eleitorais.

IMPULSIONAMENTO

Com o avanço do uso da internet e das ferramentas de inteligência artificial nas campanhas eleitorais, novas regras passaram a ser aplicadas ao ambiente digital. Entre elas, destacou a proibição da divulgação de conteúdos difamatórios contra outros candidatos e a restrição do impulsionamento de propaganda eleitoral exclusivamente ao próprio can-

didato, partido ou coligação responsável pela campanha.

Ao tratar da prestação de contas, a advogada ressaltou que a legislação eleitoral proíbe doações realizadas por pessoas jurídicas. Segundo ela, são permitidas apenas doações provenientes do próprio partido, por meio do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), além da autodoação do candidato e de doações feitas por pessoas físicas, respeitando o limite de até 10% dos rendimentos declarados no Imposto de Renda do ano anterior. Todas as movimentações financeiras, acrescentou, devem obedecer ao teto de gastos estabelecido para cada cargo em disputa.

PROPAGANDA DIGITAL

O diretor-geral do TRE-PE, Orson Lemos, falou sobre a criação de regras mais rígidas para conter a disseminação de desinformação e a manipulação de conteúdos na internet.

Citou a proibição do uso de *deep fakes* para simular situações irreais capazes de induzir o eleitor ao erro e a criação de uma “janela de

restrição”, que limita a divulgação de conteúdos produzidos por IA nas 72 horas anteriores e nas 24 horas posteriores à votação.

Outro ponto destacado foi o reforço da responsabilidade das plataformas digitais, que passam a ter obrigação de remover conteúdos ilícitos e implementar mecanismos de mitigação de riscos eleitorais. Segundo Orson Lemos, provedores e ferramentas de inteligência artificial também não podem influenciar a escolha do eleitor ou direcionar posicionamentos políticos durante o período eleitoral.

Em relação aos impactos da inteligência artificial na propaganda eleitoral, o diretor-geral do TRE-PE destacou os desafios relacionados à regulamentação do uso dessas ferramentas nas campanhas. “As resoluções não tratam diretamente da manipulação, mas enquadram a propaganda eleitoral com uso de inteligência artificial nas mesmas regras aplicadas à propaganda eleitoral comum. Ainda assim, há uma tentativa evidente de manipulação, o que configura uma situação extremamente grave”, pontuou.



FOTO: DIVULGAÇÃO/TSE

URNA – Seminário promovido pela Alepe pontuou confiabilidade do sistema eleitoral

A seção de notícias do Diário Oficial Eletrônico do Poder Legislativo é produzida pela **Superintendência de Comunicação Social**.

EXPEDIENTE: Superintendente: Arthur Cunha; **Chefe do Departamento de Jornalismo:** Júlia Guimarães; **Gerente de Imprensa e Site:** André Zahar; **Pauta:** Tatiane Cybelle Góes; **Edição do site:** Haymone Neto, Helena Alencar; **Edição do DO:** Carlos Sinésio; **Reportagem:** Amanda Arruda, Amanda Seabra, Ana Célia Silva, Edson Alves Jr., Eliza Kobayashi, Isabela Senra, Isabelle Costa Lima, Maria Luísa Richter, Ruane Barbosa, Siliane Falcão, Thiago Cavalcanti; **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares; **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera; **Repórteres Fotográficos:** Cecília Nascimento, Evane Manço, Gabriel Costa, Giovanni Costa, Jarbas Araújo, Nando Chiappetta, Nivaldo Francisco, Roberta Guimarães; **Fotógrafo Arquivista:** Gabriel Laprovitera; **Diagramação e Edição Eletrônica:** João Pinheiro; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. **Fone:** 3183-2126 PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** scom@alepe.pe.gov.br



assembleiape

www.alepe.pe.gov.br



10.2 CAPITAL
22.3 CARUARU
9.2 INTERIOR

Alepe Cuida Solidário atende pessoas afetadas pela enchente em Timbaúba

Programa ofereceu diversos serviços de saúde e cidadania de forma gratuita

A Assembleia Legislativa realizou na Praça do Centenário, no município de Timbaúba (Mata Norte), mais uma edição do programa Alepe Cuida Solidário. A iniciativa foi organizada para atender a população atingida pelas fortes chuvas no início de maio.

Durante a ação, serviços de saúde e cidadania foram oferecidos gratuitamente, sem necessidade de agendamento. Os atendimentos priorizaram pessoas desabrigadas pelas enchentes, que perderam documentos ou precisaram de cuidados médicos.

Por meio da iniciativa, a dona de casa Maria das Graças da Silva, de 44 anos, deu entrada em um novo documento de identificação. “Eu precisava muito tirar minha identidade, porque acabou sendo danificada por causa da água”, relatou.

Mãe atípica, ela levou o filho para consulta com pediatra. Ainda realizou atendimento odontológico e aferição de glicose e pressão arterial. Maria das Graças destacou a importância da ação para a população de Timbaúba, especialmente após os impactos causa-



ATENDIMENTOS – Ação realizada na Mata Norte deu preferência para as pessoas desabrigadas pelas chuvas

dos pelas fortes chuvas no município.

“Foi muito gratificante. A gente passou por um período difícil, perdeu muitas coisas, e essa ação ajudou bastante”, declarou.

ESPECIALIDADES

Na área de saúde, o evento ofereceu consultas

em especialidades como clínica médica, dermatologia, pediatria e odontologia. Outro destaque foi a triagem de catarata realizada pela Fundação Altino Ventura (FAV). O ambulatório do pé diabético, por sua vez, funcionou como um espaço dedicado a orientar portadores de diabetes sobre a prevenção de

feridas que podem levar a amputações

Complementando o atendimento médico, a Secretaria Municipal de Saúde disponibilizou serviços de vacinação, testes rápidos para sífilis, hepatite e HIV, além de exames citológicos e avaliação nutricional.

A professora Ana Rachel

Coutinho, de 56 anos, realizou aferição de glicose e pressão arterial e atendimento dermatológico. Ela destacou a qualidade dos serviços oferecidos de forma acessível à população. “Foi muito proveitoso. Gostei muito e acredito que ações como essa deveriam acontecer mais vezes”, avaliou.

CIDADANIA

Além do cuidado com a saúde, o Alepe Cuida Solidário ofereceu serviços de cidadania como emissão gratuita de carteiras de identidade e atendimento jurídico da Defensoria Pública e do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) sobre questões como divórcios, pedidos de alimentos e agendamento de casamentos.

Órgãos como Compesa e Neoenergia também estiveram presentes para a negociação de dívidas, enquanto o Detran-PE auxiliou na renovação de CNH e consulta de multas.

“O Alepe Solidário veio para Timbaúba para atender a população que foi atingida pelas fortes chuvas em Pernambuco. Estamos trazendo saúde e cidadania para os que mais precisam”, ressaltou o superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional (SSMO) da Alepe, Wildy Ferreira.

GESTÃO

Segundo o presidente da Alepe, deputado Álvaro Porto (MDB), o Alepe Cuida Solidário em Timbaúba reafirma o papel da Casa Joaquim Nabuco como instrumento de solidariedade e apoio às comunidades mais vulneráveis. “Nosso programa oferece serviços essenciais em um momento de reconstrução e esperança para os moradores da região”, disse Porto ao anunciar a iniciativa.

Já o primeiro-secretário da Alepe, deputado Francismar Pontes (PSB), destacou que o programa Alepe Cuida em Timbaúba tinha como missão aproximar serviços essenciais da população, especialmente daqueles que enfrentam maiores dificuldades de acesso.

O deputado Eriberto Filho (PSB) acompanhou a ação no município.



‘GRATIFICANTE’ – Maria das Graças emitiu um novo RG e também garantiu atendimento para o filho



SSMO – Wildy Ferreira (à esquerda) acompanhou os atendimentos em Timbaúba

FOTOS: RAFAELA HIPÓLITO

Edits

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do art. 125, inciso I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados: DEPUTADO CORONEL ALBERTO FEITOSA (PL), DEPUTADO DANNILO GODOY (PP), DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA (PSD), DEPUTADO DIOGO MORAES (PSB), DEPUTADO ERIBERTO FILHO (PSB), DEPUTADO JOÃO DE NADEGI (PV), DEPUTADO LUCIANO DUQUE (PODEMOS) e DEPUTADO WILLIAM BRIGIDO (PSD), membros titulares, DEPUTADO ABIMAEI SANTOS (PL), DEPUTADA DANI PORTELA (PT), DEPUTADO EDSON VIEIRA (PODEMOS), DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ FILHO (PP), DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS (PP), DEPUTADO RODRIGO FARIAS (PSB), DEPUTADO ROMERO SALES FILHO (PSD), DEPUTADO SILENO GUEDES (PSB) e DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL (PSD), membros suplentes, para participarem da reunião a ser realizada às **11h (onze horas)**, do dia **26 (vinte e seis) de maio de 2026**, terça-feira, no Plenarinho II, Deputado João Lyra, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista, na qual estarão em pauta as seguintes proposições:

DISTRIBUIÇÃO

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA (PLO)

1. Projeto de Lei Ordinária nº 4088/2026, de autoria da Governadora do Estado (Ementa: Autoriza o Poder Executivo a adaptar a Lei Orçamentária Anual do Estado, para o presente exercício de 2026, e o Plano Plurianual 2024/2027 às modificações necessárias à adesão voluntária à Medida Provisória nº 1.349, de 7 de abril de 2026, que instituiu o Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis.)
Regime de urgência

2. Projeto de Lei Ordinária nº 4089/2026, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Institui a Política de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Xeroderma Pigmentoso em Pernambuco.)

3. Projeto de Lei Ordinária nº 4090/2026, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (Ementa: Reajusta os vencimentos dos cargos e funções que integram o quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.)

4. Projeto de Lei Ordinária nº 4091/2026, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (Ementa: Fixa novo valor para funções gratificadas gerenciais e transforma, sem aumento de despesa, outras funções gratificadas, integrantes da estrutura de pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.)

5. Projeto de Lei Ordinária nº 4092/2026, de autoria do Deputado João Paulo do PT (Ementa: Institui a Política Estadual de Promoção da Saúde Integral da População LGBTQIAPN+ no âmbito do Estado de Pernambuco.)

6. Projeto de Lei Ordinária nº 4094/2026, de autoria do Deputado William Brigido (Ementa: Dispõe sobre a fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPIs, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

7. Projeto de Lei Ordinária nº 4095/2026, de autoria do Deputado William Brigido (Ementa: Institui a Política Estadual de Acessibilidade e Rotas Acessíveis no Estado de Pernambuco, estabelece diretrizes gerais, mecanismos de cooperação e incentivos aos Municípios, integra tecnologias assistivas e participação social, em conformidade com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Agenda 2030 da ONU, e dá outras providências.)

8. Projeto de Lei Ordinária nº 4099/2026, de autoria do Deputado Renato Antunes (Ementa: Institui a Política Estadual de Acolhimento de Crianças e Adolescentes Vítimas de Alienação Parental, no âmbito do Estado de Pernambuco.)

9. Projeto de Lei Ordinária nº 4102/2026, de autoria do Deputado William Brigido (Ementa: Institui diretrizes para a implementação da Plataforma Estadual de Fiscalização Cidadã na Educação, com utilização de tecnologia de registro distribuído (blockchain) ou equivalente, no âmbito da rede pública estadual de ensino de Pernambuco, e dá outras providências.)

10. Projeto de Lei Ordinária nº 4106/2026, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 15.897, de 27 de setembro de 2016, que garante, às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, e aos seus familiares, a prioridade de matrícula e de transferência de matrícula nas escolas de educação básica, públicas e privadas, do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Zé Maurício, a fim de estender seus efeitos aos estudantes vítimas de violência sexual e de estabelecer diretrizes de acolhimento psicossocial e proteção no ambiente escolar.)

11. Projeto de Lei Ordinária nº 4107/2026, de autoria das Deputadas Dani Portela e Rosa Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 12.876, de 15 de setembro de 2005, que dispõe sobre a elaboração de estatística em relação à violência que atinge a população LGBTQIA+, a população preta e parda, as mulheres e as pessoas em situação de pobreza no âmbito do Estado de Pernambuco, bem como sobre a divulgação de relatório diagnóstico, na forma que menciona, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Isaltino Nascimento, a fim de ampliar os critérios a serem considerados quando da elaboração de estatística de violência contra a população LGBTQIA+.)

12. Projeto de Lei Ordinária nº 4113/2026, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo (Ementa: Institui o Programa Estadual "Ela Aprende, Ela Cuida", que prevê incentivo financeiro-educacional destinado à permanência e à conclusão estudantil de mães e gestantes no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.)

13. Projeto de Lei Ordinária nº 4114/2026, de autoria do Procurador-Geral de Justiça (Ementa: Reajusta a remuneração dos Servidores do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público do Estado de Pernambuco e altera dispositivos da Lei nº 12.956, de 19 de dezembro de 2005, para promover ajustes no Plano de Cargos e nos Vencimentos do Quadro de Pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público de Pernambuco.)

DISCUSSÃO

I) PROPOSIÇÕES ACESSÓRIAS

1. Substitutivo nº 01/2026, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2118/2024, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome de Ehlers-Danlos e dá outras providências.)
Relatoria: Deputado Eriberto Filho.

2. Substitutivo nº 01/2026, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2121/2024, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Doença de Huntington e dá outras providências.)
Relatoria: Deputada Socorro Pimentel.

3. Substitutivo nº 01/2026, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2124/2024, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome de Sjögren e dá outras providências.)
Relatoria: Deputada Socorro Pimentel.

4. Substitutivo nº 01/2026, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2125/2024, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome de Sotos e dá outras providências.)
Relatoria: Deputada Socorro Pimentel.

5. Substitutivo nº 01/2026, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, aos Projetos de Lei Ordinária nºs 2249/2024 e 2771/2025, de autoria da Deputada Socorro Pimentel e do Deputado Henrique Queiroz Filho, respectivamente (Ementa: Altera a Lei nº 18.107, de 28 de dezembro de 2022, que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra a Criança e o Adolescente no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo, a fim de ampliar as diretrizes de atendimento psicossocial às crianças e aos adolescentes afetados por contexto de violência doméstica e familiar.)

Relatoria: Deputada Débora Almeida.
Recife, 22 de maio de 2026.

Deputado Antonio Coelho
Presidente

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do art. 125, inciso I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados: ANTONIO COELHO (UNIÃO), FRANCE HACKER (PP), IZAÍAS RÉGIS (PSD), JOAQUIM LIRA (PV), NINO DE ENOQUE (PL) e WANDERSON FLORÊNCIO (PODEMOS), membros titulares, e, na ausência destes, os Deputados suplentes: ADALTO SANTOS (PP), CLAUDIANO MARTINS FILHO (PP), CORONEL ALBERTO FEITOSA (PL), DÉBORA ALMEIDA (PSD), DORIEL BARROS (PT), JEFERSON TIMÓTEO (PODEMOS) e RODRIGO FARIAS (PSB) para participarem da reunião a ser realizada às **10h30 (dez horas e trinta minutos) do dia 26 (vinte e seis) de maio, terça-feira**, do corrente ano, no Plenarinho II, Deputado João Lira Filho, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista - Recife/PE, onde estarão em pauta as seguintes proposições:

DISTRIBUIÇÃO

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA (PLO):

1. Projeto de Lei Ordinária nº 3744/2026, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Cria o Protocolo Estadual de Capacitação de Agentes Comunitários de Saúde na Identificação e Encaminhamento das Vítimas de Violência em Pernambuco.);

2. Projeto de Lei Ordinária nº 3746/2026, de autoria do Deputado João de Nadegi (Ementa: Institui a Política Estadual de Proteção de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.);

3. Projeto de Lei Ordinária nº 3747/2026, de autoria do Deputado João de Nadegi (Ementa: Institui a Política Estadual de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.);

4. Projeto de Lei Ordinária nº 3748/2026, de autoria do Deputado João de Nadegi (Ementa: Altera a Lei nº 18.790, de 30 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a instituição da Política Pública de Prevenção de Doenças Renais no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências, originada do projeto de lei do Deputado Eriberto Filho, a fim de incluir medidas voltadas ao fortalecimento das ações de proteção, promoção e cuidado integral à saúde renal de bebês, crianças e adolescentes.);

5. Projeto de Lei Ordinária nº 3749/2026, de autoria do Deputado João de Nadegi (Ementa: Institui a Política Estadual de Vizinhança Solidária no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.);

6. Projeto de Lei Ordinária nº 3750/2026, de autoria do Deputado Junior Matuto (Ementa: Institui o Programa Estadual de Fortalecimento da Governança Municipal de Segurança Pública em Pernambuco - ProGovSeg-PE, e dá outras providências.);

7. Projeto de Lei Ordinária nº 3751/2026, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Institui a Política de Inovação Logística no Agronegócio por meio da Inteligência Artificial no Estado de Pernambuco.);

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

MESA DIRETORA

Presidente, Deputado Álvaro Porto

1º Vice-Presidente, Deputado Rodrigo Farias

2º Vice-Presidente, Deputado Aglailson Victor

1º Secretário, Deputado Francismar Pontes

2º Secretário, Deputado Claudiano Martins Filho

3º Secretário, Deputado Romero Sales Filho

4º Secretário, Deputado Izaías Régis

1º Suplente, Deputado Doriel Barros

2º Suplente, Deputado Henrique Queiroz Filho

3º Suplente, Deputado Romero Albuquerque

4º Suplente, Deputado Fabrizio Ferraz

5º Suplente, Deputado William Brigido

6º Suplente, Deputado Joaozinho Tenório

7º Suplente, Deputada Socorro Pimentel

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Superintendente-Geral - Aldemar Silva dos Santos

Procurador-Geral - Hélio Lúcio Dantas Da Silva

Secretário-Geral da Mesa Diretora - Maurício Moura Maranhão da Fonte

Consultor-Geral - Marcelo Cabral e Silva

Ouvidor-Geral - Deputado Pastor Cleiton Collins

Ouvidor-Executivo - Douglas Stravos Diniz Moreno

Superintendente Administrativo - Roberto Vanderlei de Andrade

Auditora-Chefe - Maria Gorete Pessoa de Melo

Superintendente de Planejamento e Gestão - Edécio Rodrigues de Lima

Coordenador-chefe Militar e de Segurança Legislativa - Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo

Superintendente de Gestão de Pessoas - Bruno da Silva Araujo Pereira

Superintendente de Comunicação Social - Arthur Henrique Borba da Cunha

Superintendente de Tecnologia da Informação - Braulio Jose de Lira Clemente Torres

Chefe do Cerimonial - Francklin Bezerra Santos

Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional - Wildy Ferreira Xavier

Superintendente da Escola do Legislativo - Alberes Haniery Patrício Lopes

Superintendente Parlamentar - Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior

Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo - Jose Airton Paes dos Santos

Delegado-Geral da Superintendência de Inteligência Legislativa - Ariosto Esteves



**COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÃO
LEGISLATIVA E ADMINISTRATIVA:**

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA
(Lei nº 15.161/2013, inciso V do § 6º do art. 4º)

Secretário-Geral da Mesa Diretora
Maurício Moura Maranhão da Fonte

Chefe do Departamento de Serviços Técnicos-Legislativos
Fábio Vinícius Ferreira Moreira

Assistentes técnicos
Alécio Nicolak e Anderson Galvão

8. Projeto de Lei Ordinária nº 3752/2026, de autoria do Deputado Junior Matuto (Ementa: Dispõe sobre diretrizes para o fortalecimento institucional da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco - ARPE, no âmbito das políticas públicas estaduais de regulação.);

9. Projeto de Lei Ordinária nº 3753/2026, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Institui diretrizes para a promoção da educação preventiva voltada ao respeito às mulheres, à formação de relações humanas saudáveis e à prevenção da violência de gênero no Estado de Pernambuco.);

10. Projeto de Lei Ordinária nº 3755/2026, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Institui a Política Estadual de Promoção da Balneabilidade Saudável no Estado de Pernambuco.);

11. Projeto de Lei Ordinária nº 3756/2026, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Cria o Protocolo Estadual de Diagnóstico Itinerante do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em Pernambuco.);
Tramitação em conjunto com o PLO nº 3604/2025

11.1 Projeto de Lei Ordinária nº 3604/2025, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Institui a Política de Atendimento Itinerante para Diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista - TEA, em crianças e adolescentes, no Estado de Pernambuco.)
Tramitação em conjunto com o PLO nº 3756/2026
Relatoria por dependência: Deputado Coronel Alberto Feitosa

12. Projeto de Lei Ordinário nº 3758/2026, de autoria do Deputado Luciano Duque (Ementa: Estabelece diretrizes para a criação de mecanismos de atendimento pericial e de transporte de vítimas de violência nos municípios onde não exista unidade do Instituto Médico Legal - IML.);

13. Projeto de Lei Ordinária nº 3759/2026, de autoria do Deputado Luciano Duque (Ementa: Institui o Direito ao Atendimento Resolutivo no âmbito da Administração Pública Estadual direta e indireta, e dá outras providências.);

14. Projeto de Lei Ordinária nº 3763/2026, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Institui a Política Estadual de Prevenção e Combate à Discriminação Racial, à LGBTQIfobia e à Violência Contra a Mulher nas plataformas de jogos eletrônicos e competições de eSports no Estado de Pernambuco e dá outras providências.);

15. Projeto de Lei Ordinária nº 3764/2026, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Cria o Protocolo Estadual de Monitoramento, Proteção e Ação em Rede, para vítimas que estejam sob medida protetiva em Pernambuco.);

16. Projeto de Lei Ordinária nº 3765/2026, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Dispõe sobre a instituição da Linha de Cuidado para diagnóstico, tratamento e acompanhamento de pessoas com Síndrome de Dravet, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, no Estado de Pernambuco.);
Tramitação em conjunto com o PLO nº 3448/2025

16.1 Projeto de Lei Ordinária nº 3448/2025, de autoria do Deputado Pastor Júnior Tércio (Ementa: Institui a inclusão da Síndrome de Dravet em protocolos de tratamento no âmbito de Estado de Pernambuco e dá outras providências.);
Tramitação em conjunto com o PLO nº 3765/2026
Relatoria por dependência: Deputado Antonio Coelho

17. Projeto de Lei Ordinária nº 3766/2026, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa (Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo à Cultura Científica nas Escolas no âmbito do Estado de Pernambuco.);

18. Projeto de Lei Ordinária nº 3767/2026, de autoria do Deputado William Brigido (Ementa: Institui o Estatuto das Pessoas com Doenças Raras no Estado de Pernambuco e dá outras providências.);

19. Projeto de Lei Ordinária nº 3768/2026, de autoria do Deputado William Brigido (Ementa: Institui a Política Estadual de Segurança em Trilhas, Áreas de Montanhismo e Ambientes Naturais de Difícil Acesso, e autoriza a criação de Pontos de Encontro Sustentáveis no Estado de Pernambuco.);

20. Projeto de Lei Ordinária nº 3769/2026, de autoria do Deputado William Brigido (Ementa: Dispõe sobre o incentivo ao Turismo Inteligente do Litoral de Pernambuco, estabelece instrumentos de inovação e integração regional para o desenvolvimento turístico sustentável e tecnológico e dá outras providências.);

21. Projeto de Lei Ordinária nº 3770/2026, de autoria do Deputado William Brigido (Ementa: Institui a Campanha Permanente de Incentivo à Leitura nas Escolas Públicas e Privadas do Estado de Pernambuco.);

22. Projeto de Lei Ordinária nº 3771/2026, de autoria do Deputado William Brigido (Ementa: Estabelece diretrizes para a promoção da inclusão de pessoas idosas diagnosticadas com doença de Alzheimer e outras formas de demência em atividades esportivas no Estado de Pernambuco.);

23. Projeto de Lei Ordinária nº 3772/2026, de autoria do Deputado William Brigido (Ementa: Institui a Política Estadual Agenda Clima Pernambuco, voltada à criação e integração de uma rede de monitoramento climático urbano, comunitário e de microclimas, com ênfase na prevenção, adaptação, mitigação e resposta a eventos climáticos extremos, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.);

24. Projeto de Lei Ordinária nº 3773/2026, de autoria do Deputado William Brigido (Ementa: Institui a Política Estadual de Prevenção e Redução da Poluição Visual Urbana no Estado de Pernambuco e dá outras providências.);

25. Projeto de Lei Ordinária nº 3774/2026, de autoria do Deputado Renato Antunes (Ementa: Altera a Lei nº 17.685, de 26 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a liberdade religiosa e a aplicação de sanções administrativas a quem praticar atos de discriminação por motivo de religião ou crença, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria dos Deputados Clodoaldo Magalhães e Gustavo Gouveia, a fim de incluir entre os atos discriminatórios a imposição de sanções disciplinares ao profissional por manifestações decorrentes de sua orientação religiosa quando não houver afronta aos preceitos éticos ou científicos da profissão.);

26. Projeto de Lei Ordinária nº 3775/2026, de autoria do Deputado Renato Antunes (Ementa: Estabelece normas para a instituição e execução da Política Estadual de Assistência às Pessoas com Esclerodermia, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.);

27. Projeto de Lei Ordinária nº 3776/2026, de autoria do Deputado Renato Antunes (Ementa: Institui diretrizes, princípios, objetivos e linhas de ação para a Política Estadual Espaço Mãe Acolhida, destinada ao apoio psicossocial, formativo, informativo e de autocuidado às mães e responsáveis por crianças atípicas durante o período de terapias multidisciplinares, no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.);
Tramitação em conjunto com o PLO nº 2829/2025

27.1. Projeto de Lei Ordinária nº 2829/2025, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Institui diretrizes, estratégias e ações para o "Programa de Atenção e Cuidado às mães atípicas - Cuidando de quem Cuida");
Tramitação em conjunto com o PLO nº 3776/2026
Relatoria por dependência: Deputado Coronel Alberto Feitosa

28. Projeto de Lei Ordinária nº 3777/2026, de autoria do Deputado Renato Antunes (Ementa: Estabelece normas para a instituição e execução da Política Estadual de Acessibilidade para Estudantes com Síndrome de Irlen, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.);

29. Projeto de Lei Ordinária nº 3778/2026, de autoria do Deputado Renato Antunes (Ementa: Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações internas de aquisição de veículos automotores por entidades religiosas e dá outras providências.);

30. Projeto de Lei Ordinária nº 3779/2026, de autoria do Deputado Renato Antunes (Ementa: Altera a Lei nº 14.538, de 29 de dezembro de 2011, que institui regras para a realização dos concursos públicos destinados a selecionar candidatos ao ingresso nos cargos e empregos públicos da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Ricardo Costa, a fim de vedar a reclassificações tardias nas cotas para pessoas com deficiência.);

31. Projeto de Lei Ordinária nº 3780/2026, de autoria do Deputado William Brigido (Ementa: Dispõe sobre a proibição de pet shops e estabelecimentos similares manterem animais presos em suas dependências após o encerramento do horário de funcionamento, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.);

32. Projeto de Lei Ordinária nº 3781/2026, de autoria do Deputado William Brigido (Ementa: Estabelece diretrizes para a Política Estadual de Prevenção e Combate à Violência na Zona Rural do Estado de Pernambuco e dá outras providências.);
Tramitação em conjunto com o PLO nº 3230/2025

32.1. Projeto de Lei Ordinária nº 3230/2025, de autoria do Deputado João de Nadeqi (Ementa: Estabelece as diretrizes e os objetivos da Política Estadual de Segurança Pública Rural no Estado de Pernambuco.);

Tramitação em conjunto com o PLO nº 3781/2026

Relatoria por dependência: Deputado Joaquim Lira

33. Projeto de Lei Ordinária nº 3782/2026, de autoria do Deputado William Brigido (Ementa: Dispõe sobre a instituição do Programa Estadual "De Volta Para Minha Terra", destinado ao retorno assistido e voluntário de pessoas em situação de rua ao seu ente federativo de origem, e dá outras providências.);

34. Projeto de Lei Ordinária nº 3783/2026, de autoria do Deputado William Brigido (Ementa: Assegura a gratuidade de acesso aos trabalhadores essenciais de limpeza urbana às atividades desportivas realizadas em estádios e ginásios localizados no âmbito do Estado de Pernambuco.);

35. Projeto de Lei Ordinária nº 3784/2026, de autoria do Deputado William Brigido (Ementa: Dispõe sobre o direito do cidadão à obtenção de justificativa escrita, clara e fundamentada nos casos de negativa de requerimentos administrativos, no âmbito da Administração Pública do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.);

36. Projeto de Lei Ordinária nº 3785/2026, de autoria do Deputado William Brigido (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de sistema de monitoramento por câmeras de vídeo em brinquedotecas, espaços kids, parques infantis indoor e estabelecimentos similares, públicos ou privados, que ofereçam serviços de guarda, recreação ou entretenimento de crianças, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.);

37. Projeto de Lei Ordinária nº 3786/2026, de autoria do Deputado Jarbas Filho (Ementa: Institui a Política Estadual de Uso da Inteligência Artificial nas Escolas Públicas da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco e dá outras providências.);
Tramitação em conjunto com o PLO nº 3426/2025

37.1. Projeto de Lei Ordinária nº 3426/2025, de autoria do Deputado Renato Antunes (Ementa: Institui a Política Estadual de Inteligência Artificial Educacional (EDUIA-PE) no Estado de Pernambuco e dá outras providências.);
Tramitação em conjunto com o PLO nº 3786/2026
Relatoria por dependência: Deputado Diogo Moraes

38. Projeto de Lei Ordinária nº 3787/2026, de autoria da Deputada Gleide Ângelo (Ementa: Assegura o fornecimento, pelo Estado de Pernambuco, de dispositivos de rastreamento às famílias de baixa renda com pessoas com deficiência que apresentem risco de desorientação espacial, fuga ou desaparecimento.);

39. Projeto de Lei Ordinária nº 3788/2026, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Denomina Maria José Lopes da Silva a creche situada no município de Itambé.);

40. Projeto de Lei Ordinária nº 3789/2026, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de Janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Terezinha Nunes, para dispor sobre inclusão de canal denúncias contra maus-tratos.);

41. Projeto de Lei Ordinária nº 3790/2026, de autoria da Deputada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 18.813, de 8 de janeiro de 2025, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual da Criança e do Adolescente, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Rosa Amorim, a fim de inserir multa por descumprimento e de reforçar a relevância do Mês Estadual "Maio Laranja");

42. Projeto de Lei Ordinária nº 3791/2026, de autoria do Deputado João de Nadeqi (Ementa: Institui a Política Estadual de Atenção às Doenças Negligenciadas no Estado de Pernambuco e dá outras providências.);

43. Projeto de Lei Ordinária nº 3792/2026, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Institui o direito do sepultamento de cães, gatos e animais domésticos em jazigos familiares, reconhecendo o vínculo socioafetivo entre tutores e esses animais no Estado de Pernambuco.);

44. Projeto de Lei Ordinária nº 3793/2026, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo à Pesquisa, Desenvolvimento e Aplicabilidade da Poilaminina no Tratamento de Lesão Medular em Pernambuco.);

45. Projeto de Lei Ordinária nº 3795/2026, de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o calendário oficial de eventos e datas comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as leis que instituíram eventos e datas comemorativas estaduais, originada de projeto de lei de autoria do deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia Estadual do Intervalo Bíblico.);

46. Projeto de Lei Ordinária nº 3797/2026, de autoria do Deputado Joaquim Lira (Ementa: Denomina Josivan de Souza Vila Nova a VPE-048, no trecho que liga BR-232 (Vitória de Santo Antão / Oiteiro) a PE-050 (Glória do Goitá).);

47. Projeto de Lei Ordinária nº 3798/2026, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir a Drihla de João Gomes.);

48. Projeto de Lei Ordinária nº 3799/2026, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Institui o "Crechômetro", portal público de acompanhamento das obras de construção de creches financiadas pelo Estado de Pernambuco, e dá outras providências.);

49. Projeto de Lei Ordinária nº 3800/2026, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui a Política Estadual de Classificação e Priorização de Estradas Vicinais Estratégicas do Estado de Pernambuco.);

50. Projeto de Lei Ordinária nº 3802/2026, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Institui a Lei de Transparência Ambiental PerMeie, estabelece mecanismos de publicidade ativa, rastreabilidade orçamentária e controle social sobre o Programa Pernambuco Meio Ambiente - PerMeie, e dá outras providências.);

51. Projeto de Lei Ordinária nº 3803/2026, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui a Organização e o Fortalecimento da Assistência de Enfermagem no atendimento a pacientes em crise decorrente do uso de álcool e outras drogas, na Rede Pública de Saúde do Estado de Pernambuco.);

52. Projeto de Lei Ordinária nº 3804/2026, de autoria do Deputado Wanderson Florêncio (Ementa: Altera a Lei nº 18.111, de 28 de dezembro de 2022, que institui a Política de Incentivo à Geração de Energia Renovável por Produtores Rurais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho, a fim de incluir novas diretrizes.);

53. Projeto de Lei Ordinária nº 3805/2026, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Estabelece diretrizes para a oferta de estímulos visuais, leitura e atividades compatíveis com o ambiente hospitalar, visando ao bem-estar de pacientes em internação prolongada na rede pública de saúde do Estado de Pernambuco.);

54. Projeto de Lei Ordinária nº 3806/2026, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui a Política Estadual de Atenção à Saúde Respiratória do Idoso no âmbito do Estado de Pernambuco.);

55. Projeto de Lei Ordinária nº 3807/2026, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Estabelece diretrizes para a promoção da saúde digestiva e a prevenção de distúrbios gástricos no âmbito do Estado de Pernambuco.);

56. Projeto de Lei Ordinária nº 3808/2026, de autoria do Deputado João Paulo do PT (Ementa: (Ementa: Institui a Política Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora - PESTT no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.);

57. Projeto de Lei Ordinária nº 3809/2026, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui a Política Estadual de Rastreamento de Doenças Pulmonares em Grupos de Risco em Pernambuco.);

58. Projeto de Lei Ordinária nº 3810/2026, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Institui a Política Estadual de Educação Digital Escolar no âmbito do Estado de Pernambuco.);

59. Projeto de Lei Ordinária nº 3811/2026, de autoria do Deputado João de Nadeqi (Ementa: Institui o Programa Educar com Equilíbrio, no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.);

60. Projeto de Lei Ordinária nº 3812/2026, de autoria do Deputado João de Nadeqi (Ementa: Dispõe sobre diretrizes de incentivo à mobilização social, à informação e à conscientização acerca do transtorno afetivo bipolar no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.);

61. Projeto de Lei Ordinária nº 3813/2026, de autoria do Deputado João de Nadeqi (Ementa: Institui diretrizes para promoção do ensino de música e da musicoterapia em instituições de educação básica no Estado de Pernambuco, com vistas ao desenvolvimento integral dos alunos, e dá outras providências.);

62. Projeto de Lei Ordinária nº 3814/2026, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Veda, no âmbito do Estado de Pernambuco, a contratação, por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, de empresas envolvidas em investigações por crimes contra a Administração Pública ou condenadas com trânsito em julgado, e dá outras providências.);

63. Projeto de Lei Ordinária nº 3815/2026, de autoria do Deputado Renato Antunes (Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo à Prática do Jiu-Jitsu nas Escolas Públicas do Estado de Pernambuco e dá outras providências.);

64. Projeto de Lei Ordinária nº 3817/2026, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Torna obrigatória a publicação anual de relatório de implementação dos programas educacionais do Estado de Pernambuco.);

65. Projeto de Lei Ordinária nº 3818/2026, de autoria do Deputado Joãozinho Tenório (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de atribuir nova redação ao art. 264-A redefinindo a denominação para Dia Estadual do Teatro Acessível: Arte, Prazer e Direitos.);

66. Projeto de Lei Ordinária nº 3819/2026, de autoria do Deputado Luciano Duque (Ementa: Institui o piso salarial para os Conselheiros Tutelares no âmbito do Estado de Pernambuco.);

67. Projeto de Lei Ordinária nº 3820/2026, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de padrões mínimos de qualidade, transparência e segurança na prestação de serviços de terapia baseada na Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Estado de Pernambuco.);

68. Projeto de Lei Ordinária nº 3823/2026, de autoria da Deputada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 15.226, de 7 de janeiro de 2014, que institui o Código Estadual de Proteção aos Animais, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Terezinha Nunes, a fim de definir maus-tratos, crueldade e abandono de animais.);

69. Projeto de Lei Ordinária nº 3824/2026, de autoria da Deputada Gleide Ângelo (Ementa: Institui a Política Estadual de Informação, Atenção Especializada e Apoio Logístico às Mulheres com Miomas Uterinos, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.);

70. Projeto de Lei Ordinária nº 3825/2026, de autoria da Deputada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 13.899, de 27 de outubro de 2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de informações sobre o uso de drogas, bem como sobre abuso sexual e violência contra a mulher, nos eventos que especifica e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins, a fim de readequar parte da lei de acordo com o texto da ementa e especificar os tipos de mensagens.);

71. Projeto de Lei Ordinária nº 3826/2026, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Altera a Lei nº 18.280, de 1º de setembro de 2023, que Cria a Política Estadual de Apoio às Vítimas de Acidente Vascular Cerebral - AVC, na Rede Pública de Saúde do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Gilmar Júnior, a fim de ampliar os cuidados às vítimas de Acidente Vascular Cerebral.)

72. Projeto de Lei Ordinária nº 3827/2026, de autoria da Deputada Gleide Ângelo (Ementa: Altera a Lei nº 12.597, de 7 de junho de 2004, que torna obrigatória a exibição de filme publicitário esclarecendo as consequências do uso de drogas (lícitas ou ilícitas) antes das sessões principais, em todos os cinemas do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Isalino Nascimento, a fim de acrescentar a obrigatoriedade de divulgação de mensagem educativa voltada à prevenção do abuso sexual e da violência contra a mulher e especificando as multas.);

73. Projeto de Lei Ordinária nº 3828/2026, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo ao Planejamento Sucessório Patrimonial em Vida, no Estado de Pernambuco.);

74. Projeto de Lei Ordinária nº 3829/2026, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Institui o Programa Estadual de Resgate Animal com Governança Cidadã, no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.);

75. Projeto de Lei Ordinária nº 3830/2026, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui a Política Estadual do Livro Acessível e Inclusivo no Estado de Pernambuco.);

76. Projeto de Lei Ordinária nº 3831/2026, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui o Programa Estadual de Orientação sobre Herança Digital em Pernambuco.);

77. Projeto de Lei Ordinária nº 3832/2026, de autoria da Deputada Rosa Amorim (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, a fim de instituir o Dia de Luto e de Memória às Mulheres Vítimas de Femicídio.);

78. Projeto de Lei Ordinária nº 3836/2026, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo à Pecuária Sustentável na Agricultura Familiar, no Estado de Pernambuco.);

79. Projeto de Lei Ordinária nº 3837/2026, de autoria da Deputada Rosa Amorim (Ementa: Institui a Política Estadual de Memória e Reparação às Mulheres Vítimas de Femicídio no âmbito do Estado de Pernambuco, estabelece diretrizes para a criação de memoriais físicos e simbólicos, e dá outras providências.);

80. Projeto de Lei Ordinária nº 3838/2026, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Dispõe sobre a destinação de espaços exclusivos para mulheres nos Sistemas Metroviário e de Transporte Público Coletivo na Região Metropolitana do Estado de Pernambuco.);

81. Projeto de Lei Ordinária nº 3839/2026, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Dispõe sobre a Política Estadual de Amparo e Proteção ao Cuidador Familiar de pessoas com deficiência, doenças raras ou neurodivergência no âmbito do Estado de Pernambuco, estabelece diretrizes para a garantia de seus direitos, saúde e bem-estar, e dá outras providências.);

82. Projeto de Lei Ordinária nº 3840/2026, de autoria da Deputada Dani Portela (Ementa: Institui o Orçamento da Igualdade Racial no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.);

83. Projeto de Lei Ordinária nº 3841/2026, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui Mecanismos de Controle, Fiscalização e Transparência dos serviços prestados por concessionária de abastecimento hídrico e saneamento básico no Estado de Pernambuco.);

84. Projeto de Lei Ordinária nº 3843/2026, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui a Política Estadual de Proteção das Abelhas e Polinizadores Naturais em Pernambuco.);

85. Projeto de Lei Ordinária nº 3845/2026, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Estabelece diretrizes para a garantia de assistência jurídica integral e gratuita às pessoas com deficiência em Pernambuco.);

86. Projeto de Lei Ordinária nº 3846/2026, de autoria do Deputado João de Nadeqi (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Diogo Moraes, para incluir a Semana Estadual de Prevenção às Violências contra Crianças e Adolescentes no Ambiente Escolar.);

87. Projeto de Lei Ordinária nº 3847/2026, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de destinação social de peças de vestuário sem valor comercial por grandes redes varejistas e indústrias do setor têxtil no Estado de Pernambuco e dá outras providências.);

88. Projeto de Lei Ordinária nº 3848/2026, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de acomodação em apartamento individual para pacientes renais crônicos em tratamento de hemodiálise quando hospitalizados na rede privada do Estado de Pernambuco.);

89. Projeto de Lei Ordinária nº 3849/2026, de autoria da Deputada Dani Portela (Ementa: Estabelece normas para a proteção integral de mulheres e crianças em abrigos temporários e permanentes em contextos de desastres naturais, emergências climáticas, sanitárias ou humanitárias, no âmbito do Estado de Pernambuco, institui o Protocolo Estadual de Proteção em Abrigamento, dispõe sobre mecanismos de responsabilização e planejamento orçamentário sensível a gênero e dá outras providências.);

90. Projeto de Lei Ordinária nº 3850/2026, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Estabelece diretrizes para a implantação de sinalização de travessia de pedestres nas proximidades de templos religiosos localizados em vias de grande fluxo de veículos no Estado de Pernambuco.);

91. Projeto de Lei Ordinária nº 3851/2026, de autoria da Deputada Dani Portela (Ementa: Institui diretrizes estaduais de Justiça Tributária com enfoque de gênero e raça, estabelece mecanismos de avaliação de impacto tributário, cria o Sistema Estadual de Indicadores de Justiça Tributária e dá outras providências.);

92. Projeto de Lei Ordinária nº 3852/2026, de autoria da Deputada Dani Portela (Ementa: Estabelece normas para a promoção do emprego e da renda de mulheres egressas do sistema prisional no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.);

93. Projeto de Lei Ordinária nº 3853/2026, de autoria da Deputada Dani Portela (Ementa: Altera a Lei nº 12.585, de 17 de maio de 2004, que cria regime especial de atendimento, para fins de renda e emprego, às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar,

originada de projeto de autoria da Deputada Jacilda Urquiza, para aperfeiçoar a intermediação de emprego e a priorização de vagas às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, e dá outras providências.);

94. Projeto de Lei Ordinária nº 3854/2026, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Institui diretrizes para a Política Estadual de Compostagem de Resíduos Orgânicos no Estado de Pernambuco e dá outras providências.);

95. Projeto de Lei Ordinária nº 3855/2026, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Cria o Protocolo Estadual de Manutenções Mecânicas e Elétricas Periódicas dos veículos destinados ao transporte de pacientes no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.);

96. Projeto de Lei Ordinária nº 3856/2026, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: Dispõe sobre a instituição da Política Pública Estadual de Prevenção, Controle e Combate à Esportricose no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.);

97. Projeto de Lei Ordinária nº 3857/2026, de autoria do Deputado João Paulo Costa (Ementa: Institui a Política Estadual de Implantação de Parques Multissensoriais Públicos destinados ao desenvolvimento, inclusão e integração de pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA, no âmbito do Estado de Pernambuco.);

98. Projeto de Lei Ordinária nº 3858/2026, de autoria do Deputado Mário Ricardo (Ementa: Altera a Lei nº 15.730, de 17 de março de 2016, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, agrupando em um único texto normativo as normas previstas em lei sobre a matéria, para dispor sobre a não incidência do imposto nas operações de microgeração e minigeração distribuída no âmbito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica - SCEE, e dá outras providências.);

99. Projeto de Lei Ordinária nº 3859/2026, de autoria do Deputado Danilo Godoy (Ementa: Institui a Política Estadual de Suporte às Casas de Apoio ao Tratamento Fora do Domicílio, no âmbito do Estado de Pernambuco.);

100. Projeto de Lei Ordinária nº 3860/2026, de autoria do Deputado João Paulo do PT (Ementa: Institui a Política Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Discriminação e à Violência contra a População LGBTQIAPN+ no Ambiente Escolar, no âmbito do Estado de Pernambuco.);

DISCUSSÃO

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA (PLO):

1. Projeto de Lei Ordinária nº 639/2023, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Determina a isenção do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) de absorventes íntimos, coletores e discos menstruais no estado de Pernambuco.); **Relatoria: Deputado Joãozinho Tenório**

2. Projeto de Lei Ordinária nº 3436/2025, de autoria do Deputado Coronel Alberto Feitosa (Ementa: Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, a fim de incluir o Dia em Defesa da Vida.); **Relatoria: Deputado Izaías Régis**

3. Projeto de Lei Ordinária nº 3452/2025, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Denomina Júlia de Andrade Ferreira Lima a creche situada no município de Timbaúba.); **Relatoria: Deputado Antonio Coelho**

4. Projeto de Lei Ordinária nº 3473/2025, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Denomina José Guilherme de Oliveira Nunes a creche situada no município de Vicência.); **Relatoria: Deputado Coronel Alberto Feitosa**

5. Projeto de Lei Ordinária nº 3474/2025, de autoria do Deputado Antônio Moraes (Ementa: Denomina Maria das Graças Silva Araújo a creche situada no município de Camutanga.); **Relatoria: Deputado Coronel Alberto Feitosa**

II) PROPOSIÇÕES ACESSÓRIAS:

1. Emenda Aditiva nº 02/2025, de autoria da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação ao Projeto de Lei Ordinária nº 1699/2024, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Adiciona o art. 4º com a seguinte redação: "Art. 4º A implementação desta Lei observará a legislação orçamentária vigente e não implicará obrigatoriedade de execução, sendo condicionada à conveniência administrativa e à disponibilidade de recursos do Estado. ") **Relatoria: Deputado Antonio Coelho**

2. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, aos Projetos de Lei Ordinária nº 44/2023 e nº 113/2023, de autoria da Deputada Delegada Gleide Ângelo e do Deputado Romero Sales Filho, respectivamente (Ementa: Estabelece a obrigatoriedade da presença de um intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS nas Delegacias de Polícia e nos Batalhões da Polícia Militar do Estado de Pernambuco.); **Relatoria: Deputado Izaías Régis**

3. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, aos Projetos de Lei Ordinária nº 346/2023 e nº 2912/2025, ambos de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho e ao Projeto de Lei Ordinária nº 3277/2025, de autoria do Deputado João Paulo do PT (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de obrigar os fornecedores de produtos e serviços em domicílio a informar os dados de identificação do transportador ou entregador designado para o serviço, bem como assegurar a qualidade das bolsas térmicas utilizadas.); **Relatoria: Deputado Eriberto Filho**

4. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 393/2023, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar a exigência de dados pessoais do consumidor, para fins de preenchimento de cadastro, como condição à venda de produtos, ressalvados os casos especificados em Lei); **Relatoria: Deputado Eriberto Filho**

5. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 423/2023, de autoria do Deputado William Brígido (Ementa: "Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de proibir ligações de telemarketing e envio de mensagens para oferta de produtos e serviços a partir das 18 (dezoito) horas.); **Relatoria: Deputado Joãozinho Tenório**

6. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1591/2024, de autoria da Deputada Rosa Amorim (Ementa: Obriga, no âmbito das escolas públicas e privadas do Estado de Pernambuco, a disponibilização da Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e da Resolução nº 06, de 08 de maio de 2020, do Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Conselho Deliberativo.); **Relatoria: Deputado Waldemar Borges**

7. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, aos Projetos de Lei Ordinária nº 1836/2024, nº 1839/2024 e nº 2535/2025 de autoria do Deputado Luciano Duque, Deputado Eriberto Filho e do Deputado William Brígido, respectivamente (Ementa: Altera a Lei nº 16.659, de 10 de outubro de 2019, que define medidas a serem tomadas pelos estabelecimentos privados de entretenimento localizados no Estado de Pernambuco, para fins de prevenção e combate à violência e importunação sexual, bem como para o acolhimento da pessoa em situação de risco ou vítima de violência ou importunação sexual, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Joel da Harpa, a fim de incluir a previsão da instalação de Tendões Violetas nos eventos de grande porte.); **Relatoria: Deputado Jarbas Filho**

8. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, aos Projetos de Lei Ordinária nº 1841/2024, nº 2332/2024, nº 2339/2024 e nº 2859/2025, de autoria da Deputada Rosa Amorim, Deputada Socorro Pimentel, Deputado Luciano Duque e do Deputado Gilmar Junior, respectivamente (Ementa: Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno de Espectro Autista no Estado de Pernambuco, e dá outras providências, a fim de determinar a afixação de cartazes e assegurar a vacinação domiciliar e o atendimento equânime de adultos e idosos com TEA.); **Relatoria: Deputado Waldemar Borges**

9. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1843/2024, de autoria do Deputado Edson Vieira (Ementa: Estabelece Diretrizes de Diagnóstico Precoce para Transtornos do Desenvolvimento da Linguagem (TDL) e dá outras providências.); **Relatoria: Deputado Waldemar Borges**

10. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 1940/2024, de autoria do Deputado Abimael Santos (Ementa: Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código

Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de Projeto de Lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de garantir maior transparência na prestação de serviços pelos hospitais, clínicas e demais prestadores de serviços de saúde, bem como pelas operadoras de planos de saúde e de seguros-saúde.);

Relatoria: Deputado Renato Antunes

11. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2073/2024, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Altera a Lei nº 18.359, de 27 de outubro de 2023, que institui a Política de Conscientização e Incentivo da Doação de Sangue, Órgãos, Tecidos e Leite Materno - Promoção 3D, no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização de publicações oficiais que estimulem a doação de sangue, órgãos, tecidos e leite materno.);

Relatoria: Deputado Joãozinho Tenório

12. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2260/2024, de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Institui diretrizes para o diagnóstico precoce e atendimento eficaz de pacientes com otosclerose.);

Relatoria: Deputado Jarbas Filho

13. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2340/2024, de autoria do Deputado Adalto Santos (Ementa: Altera a Lei nº 16.538, de 9 de janeiro de 2019, que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer no Estado de Pernambuco, originada de projeto de autoria dos Deputados Socorro Pimentel e Rodrigo Novaes, a fim de estabelecer prazo máximo de início do primeiro tratamento e assegurar tratamento das manifestações dolorosas ocasionadas pelo câncer, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).);

Relatoria: Deputado Coronel Alberto Feitosa

14. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, aos Projetos de Lei Ordinária nº 2342/2024, nº 2343/2024, nº 2348/2024 e nº 2351/2024, todos de autoria do Deputado Gilmar Júnior (Ementa: Institui a Política de Apoio, Conscientização, Tratamento e Acolhimento das Pessoas com Doença Celíaca e com Alergias Alimentares e determina a realização de exames específicos para diagnóstico de tais condições no âmbito do Estado de Pernambuco);

Relatoria: Deputado Luciano Duque

15. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2376/2024, de autoria do Deputado Eriberto Filho (Ementa: Altera a Lei nº 12.109, de 26 de novembro de 2001, que dispõe sobre a Política Estadual da Pessoa Idosa, a fim de incluir medidas para viabilizar o atendimento das pessoas idosas que estejam em situação de perigo, risco emergencial ou social.);

Relatoria: Deputado Jarbas Filho

16. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2408/2024, de autoria do Deputado Joel da Harpa (Ementa: Institui a Política Estadual de Conscientização e Enfrentamento ao Parto Prematuro e dá outras providências.);

Relatoria: Deputado Renato Antunes

17. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2435/2024, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Institui a Política Estadual de Inclusão Socioproductiva nos Assentamentos Rurais de Pernambuco e dá outras providências.);

Relatoria: Deputado William Brigido

18. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2441/2024, de autoria da Deputada Débora Almeida (Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo a Eventos Agropecuários, no âmbito do Estado de Pernambuco);

Relatoria: Deputado Eriberto Filho

19. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 2587/2025, de autoria do Deputado Romero Albuquerque (Ementa: Institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política Estadual de Cuidados e Atendimento a Crianças com Doenças Crônicas, estabelecendo diretrizes para assegurar atendimento, cuidado e inclusão das crianças que apresentam tais condições, e dá outras providências.);

Relatoria: Deputado Diogo Moraes

20. Substitutivo nº 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 3242/2025, de autoria da Deputada Simone Santana (Ementa: Altera a Lei nº 18.799, de 30 de dezembro de 2024, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política de Atenção à Saúde Reprodutiva da Mulher Soropositiva e Prevenção da Transmissão Vertical do HIV e dá outras providências, originada de Projeto de Lei de autoria da Deputada Socorro Pimentel, a fim de incluir a divulgação dos dados epidemiológicos que especifica, nos boletins e informes sobre HIV elaborados pelo Governo do Estado.);

Relatoria: Deputado Antonio Coelho

Sala da Comissão de Administração Pública.
Recife, 22 de maio de 2026.

Deputado Antonio Coelho
Vice-Presidente

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL EDITAL DE CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do art. 125, inciso I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados: CLAUDIANO MARTINS FILHO (PP), FRANCE HACKER (PP), NINO DE ENOQUE (PL), e ROMERO ALBUQUERQUE (PSB) membros titulares, e, na ausência destes, os Deputados suplentes: AGLAILSON VICTOR (PSD), ANTONIO COELHO (UNIÃO), DANNILO GODOY (PP), DORIEL BARROS (PT) E ROSA AMORIM (PT), para participarem da reunião a ser realizada às 11h:30min, do dia 26 de maio de 2026, terça-feira, no Plenarinho III, Deputado Afonso Ferraz , localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, Rua da União, s/n, Boa Vista - Recife/PE, onde estarão em pauta as seguintes proposições:

DISTRIBUIÇÃO

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA (PLO)

1. Projeto de Lei Ordinária nº 3836/2026, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo à Pecuária Sustentável na Agricultura Familiar, no Estado de Pernambuco)

2. Projeto de Lei Ordinária nº 3843/2026, de autoria do Deputado Gilmar Junior (Ementa: Institui a Política Estadual de Proteção das Abelhas e Polinizadores Naturais em Pernambuco)

3. Projeto de Lei Ordinária nº 3854/2026, de autoria do Deputado William Brigido (Ementa: Institui diretrizes para a Política Estadual de Compostagem de Resíduos Orgânicos no Estado de Pernambuco e dá outras providências)

4. Projeto de Lei Ordinária nº 4006/2026, de autoria do Deputado Romero Sales Filho (Ementa: Estabelece diretrizes para a Promoção da Saúde Metabólica e dispõe sobre a Arquitetura de Escolhas Saudáveis no varejo alimentício no âmbito do Estado de Pernambuco)

5. Projeto de Lei Ordinária nº 4008/2026, de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho (Ementa: Institui diretrizes para o fomento ao Bioempreendedorismo no Estado de Pernambuco e dá outras providências)

6. Projeto de Lei Ordinária nº 4010/2026, de autoria do Deputado João Paulo (Ementa: Dispõe sobre a aquisição por cozinhas comunitárias, restaurantes comerciais, restaurantes populares, restaurantes universitários e estabelecimentos congêneres, de pescado fresco diretamente das marisqueiras, pescadoras e pescadores artesanais no âmbito do Estado de Pernambuco)

7. Projeto de Lei Ordinária nº 4033/2026, de autoria do Deputado Junior Matuto (Ementa: Dispõe sobre a criação, o manejo, o comércio e o transporte de abelhas nativas sem ferrão (meliponíneos), estabelece requisitos sanitários de produção e processamento, e define o padrão de identidade e qualidade do mel e demais produtos derivados no Estado de Pernambuco).

8. Projeto de Lei Ordinária nº 4052/2026, de autoria do Deputado Luciano Duque (Ementa: Estabelece requisitos de origem, rastreabilidade e conformidade sanitária para a comercialização de tilápia de origem estrangeira, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências.)

DISCUSSÃO

I) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA (PLO)

1. Projeto de Lei Ordinária nº 2186/2024, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Altera a Lei nº 15.809, de 17 de maio de 2016, que institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, cria o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais e o Fundo Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, com o objetivo de destacar a Agricultura Familiar, a Agroecologia e o trabalho exercido por cooperativas e associações de catadoras e catadores, além de incluir a Apicultura e Meliponicultura no rol de atividades elegíveis ao apoio do Subprograma PSA Carbono)

Relatoria: Deputada Rosa Amorim

2. Projeto de Lei Ordinária nº 3184/2025, de autoria do Deputado Doriel Barros (Ementa: Institui a Política Estadual de Incentivo ao Reaproveitamento de Subprodutos, Resíduos e Excedentes Agroindustriais no Estado de Pernambuco, e dá outras providências)

Relatoria: Deputado Nino de Enoque

II) PROPOSIÇÕES ACESSÓRIAS

1. Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça à Proposta de Emenda à Constituição nº 28/2025, **de autoria da Deputada Rosa Amorim** (Ementa: Altera integralmente a redação da Proposta de Emenda à Constituição nº 28/2025)

Relatoria: Deputado Luciano Duque

2. Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1489/2020, **de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho** (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária Desarquivado nº 1489/2020)

Relatoria: Deputado Doriel Barros

3. Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 3764/2022, **de autoria do Deputado William Brigido (Desarquivado)** (Ementa: Dispõe sobre a inclusão de produtos de origem orgânica ou de base agroecológica na alimentação fornecida aos pacientes dos hospitais localizados no âmbito do Estado de Pernambuco)

Relatoria: Deputada Rosa Amorim

4. Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 404/2023, **de autoria do Deputado Doriel Barros** (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 404/2023, de autoria do Deputado Doriel Barros)

Relatoria: Deputada Rosa Amorim

5. Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 819/2023, **de autoria do Deputado Eriberto Filho** (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 819/2023.

Relatoria: Deputado Doriel Barros

6. Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 834/2023, **de autoria do Deputado Henrique Queiroz Filho** (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 834/2023)

Relatoria: Deputado Doriel Barros

7. Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1805/2024, **de autoria da Deputada Rosa Amorim** (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1805/2024)

Relatoria: Deputado Doriel Barros

8. Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 1890/2024, **de autoria do Deputado Gilmar Junior** (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1890/2024)

Relatoria: Deputado Doriel Barros

9. Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 2314/2024, **de autoria do Deputado Gilmar Junior** (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 2314/2024.);

Relatoria: Deputada Débora Almeida

10. Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 2322/2024, **de autoria da Deputada Rosa Amorim** (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 2322/2024, de autoria da Deputada Rosa Amorim)

Relatoria: Deputado Doriel Barros

11. Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 2601/2025, **de autoria da Deputada Rosa Amorim** (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 2601/2025)

Relatoria: Deputado Aglailson Victor

12. Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 2833/2025, **de autoria do Deputado Doriel Barros** (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 2833/2025)

Relatoria: Deputado Claudiano Martins Filho

13. Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 2979/2025, **de autoria da Deputado Cayo Albino** (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 2979/2025)

Relatoria: Deputado Doriel Barros

14. Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto de Lei Ordinária nº 3060/2025, **de autoria do Deputado Doriel Barros** (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 3060/2025)

Relatoria: Deputado Luciano Duque

15. Substitutivo 01/2025, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça aos Projetos de Lei Ordinária nº 3330/2025 e 3429/2025, **de autoria do Deputado Gilmar Junior e do Deputado Doriel Barros, respectivamente** (Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 3330/2025 e do Projeto de Lei Ordinária nº 3429/2025.)

Relatoria: Deputado Luciano Duque

Sala das Comissões, 22 de maio de 2026.

Deputado Luciano Duque
Presidente

Ordem do Dia

QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2026 ÀS 14:30.

ORDEM DO DIA

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 1977/2024

Autora: Deputada Dani Portela

Altera a Lei nº 17.268, de 21 de maio de 2021, que dispõe sobre o uso do nome social de transexuais e travestis nas relações mantidas com órgãos e entidades da Administração Pública Direita e Indireta e instituições privadas de educação, saúde, cultura e lazer no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Juntas, a fim de determinar a afixação de cartazes informativos.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 11ª Comissões.

A Emenda nº 01/2026, de autoria do Deputado Renato Antunes, apresentada no interstício, foi rejeitada pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/05/2024

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 3867/2026

Autor: Deputado Nino de Enoque

Submete a indicação da Festa da Tainha, no município de Goiana, para obtenção do registro do Patrimônio Cultural Imaterial do estado de Pernambuco.

Pareceres favoráveis das 1ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 11/03/2026

Discussão Única do Projeto de Resolução nº 3883/2026

Autor: Deputado Junior Matuto

Submete a indicação da ciranda para obtenção do registro do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Pernambuco.

Pareceres Favoráveis das 1ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 12/03/2026

Discussão Única da Indicação nº 16255/2026

Autor: Dep. Renato Antunes

Apelo à Prefeita de Olinda e ao Secretário Municipal de Gestão Urbana de Olinda visando a limpeza, capinação e manutenção do terreno situado na Rua Aluísio de Azevedo, nº 257, no bairro Jardim Atlântico, no município de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/05/2026

Discussão Única da Indicação nº 16256/2026

Autor: Dep. Renato Antunes

Apelo à Prefeita do Município de Olinda e ao Secretário de Mobilidade Urbana de Olinda no sentido de promoverem a pintura de sinalização horizontal indicando “Proibido Estacionar” no lado norte da Rua Benjamin Constant, situada no bairro Sítio Novo, em Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/05/2026

Discussão Única da Indicação nº 16257/2026

Autor: Dep. Renato Antunes

Apelo à Prefeita da Cidade de Olinda e à Secretária de Obras no sentido de viabilizarem melhorias nas condições sanitárias da Avenida Coronel João de Melo Morais, Fragoso, em Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/05/2026

Discussão Única da Indicação nº 16258/2026

Autor: Dep. Renato Antunes

Apelo ao Prefeito da Cidade de Camaragibe e ao Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos no sentido de providenciarem o calçamento em toda extensão da Estrada do Borralho, situada no bairro Borralho, município de Camaragibe, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/05/2026

Discussão Única da Indicação nº 16259/2026

Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado visando o policiamento ostensivo na Rua Arame, no Bairro de Centro, na Cidade de Igarassu.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/05/2026

Discussão Única da Indicação nº 16260/2026

Autor: Dep. Renato Antunes

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Defesa Social no sentido de que sejam realizados estudos técnicos, administrativos e orçamentários destinados à avaliação da viabilidade de implantação de ações permanentes de assistência à saúde mental e apoio psicossocial aos profissionais de segurança pública estadual.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/05/2026

Discussão Única da Indicação nº 16261/2026

Autor: Dep. Pastor Cleiton Collins

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária da Mulher do Estado no sentido de promoverem melhorias estruturais, sociais e de segurança na Casa Abrigo Jerusa Mendes, destinada ao acolhimento de mulheres em situação de risco e vulnerabilidade no Estado de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/05/2026

Discussão Única da Indicação nº 16262/2026

Autor: Dep. Joel da Harpa

Apelo ao Prefeito da cidade do Recife, à Secretária de Infraestrutura, ao Secretário de Saneamento e ao Presidente da EMLURB no sentido de solicitar o saneamento básico (construção do canal) da Rua Rio Prado, Jagatá, localizada no bairro do Iburá, na cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/05/2026

Discussão Única da Indicação nº 16263/2026

Autor: Dep. Doriel Barros

Apelo ao Presidente da República Federativa do Brasil e ao Ministro de Estado da Saúde no sentido de viabilizarem, por intermédio do Governo Federal e do Ministério da Saúde, a análise e adoção das providências necessárias para o credenciamento/habilitação do Hospital Regional de Palmares, localizado no Município de Palmares/PE, para a realização de procedimentos de quimioterapia, com a finalidade de ampliar a assistência oncológica na Mata Sul pernambucana e fortalecer a rede pública de saúde.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/05/2026

Discussão Única da Indicação nº 16264/2026

Autor: Dep. Doriel Barros

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado e ao Diretor-Presidente do DER/PE no sentido de viabilizarem a implantação de lombada ou outro redutor de velocidade no Sítio Barra do Riachão, zona rural do município de Agrestina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/05/2026

Discussão Única da Indicação nº 16265/2026

Autor: Dep. Junior Matuto

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Defesa Social no sentido de promoverem o reforço da segurança pública no bairro de Setúbal, no Recife, especialmente na Rua Sá e Souza e adjacências, com ampliação do policiamento ostensivo, intensificação das rondas noturnas e implantação de câmeras de monitoramento eletrônico na região.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/05/2026

Discussão Única do Requerimento nº 5169/2026

Autor: Dep. Joãozinho Tenório

Voto de Aplausos à Rádio Agreste FM, pela passagem de seus 37 anos de fundação.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/05/2026

Discussão Única do Requerimento nº 5170/2026

Autora: Dep. Socorro Pimentel

Voto de Aplausos ao médico pediatra Eduardo Jorge, pelo lançamento do livro: “O País das Filas”, ocorrido no dia 30 de maio de 2026, na Livraria Jaqueira do Recife Antigo, na cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/05/2026

Discussão Única do Requerimento nº 5172/2026

Autor: Dep. Joãozinho Tenório

Voto de Aplausos ao município de Lajedo, pela passagem de seus 77 anos de emancipação política.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/05/2026

Discussão Única do Requerimento nº 5173/2026

Autor: Dep. Joel da Harpa

Voto de Aplausos ao efetivo do 13º Batalhão de Polícia Militar de Pernambuco quando de serviço no dia 22 de abril de 2026, policiais militares durante realização de rondas ostensivas, nas viaturas prefixos GG 13050 e 13150, no Bairro do Arruda, precisamente na Rua Zeferino Agra em Agua Fria, obtiveram êxito em uma ação, conforme BO PMPE nº 20260422030536572.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/05/2026

Discussão Única do Requerimento nº 5174/2026

Autor: Dep. Renato Antunes

Solicita que seja realizada uma Reunião em caráter Solene no dia 8 de junho de 2026, em homenagem aos 80 anos do Comando Militar do Nordeste - CMNE.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/05/2026

Discussão Única do Requerimento nº 5175/2026

Autor: Dep. Joel da Harpa

Voto de Aplausos ao efetivo do BPRp - Batalhão de Polícia de Rádio Patrulha da Polícia Militar de Pernambuco e DHPP - Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa da Força Tarefa de homicídio da Região Metropolitana Sul quando de serviço no dia 13 de maio de 2026, policiais militares de serviço na GE 21101, durante o patrulhamento tático a pé, obtiveram êxito no Auto de Prisão em Flagrante Delito em decorrência de Tráfico de Entorpecentes, Porte Ilegal de Arma de Fogo, Homicídio Decorrente de Intervenção Policial, localização e recuperação de veículo roubado, conforme BO PMPE nº 202605131616133061 e BO PCPE nº 26E2104000342.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/05/2026

Discussão Única do Requerimento nº 5176/2026

Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Voto de Congratulações com a cidade de Camaragibe, pela passagem dos 44 anos de emancipação política do Município, comemorados no dia 13 de maio.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/05/2026

Discussão Única do Requerimento nº 5177/2026

Autor: Dep. Antônio Moraes

Voto de Aplausos à Escola Técnica Estadual Miguel Arraes de Alencar – ETE, localizada no município de Timbaúba, vinculada à GRE Mata Norte, pela expressiva conquista da meta estabelecida no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB 2025, resultado que evidencia o compromisso da instituição com a excelência do ensino e a qualidade da educação pública em Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/05/2026

Discussão Única do Requerimento nº 5178/2026

Autor: Dep. Eriberto Filho

Voto de Aplausos ao advogado Marcelo Labanca Corrêa de Araújo, pela sua posse como novo Desembargador Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/05/2026

Discussão Única dos Requerimentos nºs 5179/2026 e nº 5180/2026

Autores: Dep. Fabrizio Ferraz e Dep. Pastor Junior Tercio

Voto de Congratulações com o município de Caruaru pela passagem de seus 169 anos de emancipação política, no dia 18 de maio.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/05/2026

Discussão Única do Requerimento nº 5181/2026

Autor: Dep. Wanderson Florêncio

Voto de Aplausos à União Brasileira de Escritores – UBE, Núcleo de Caruaru, em reconhecimento à sua destacada atuação na promoção, valorização e difusão da literatura pernambucana, especialmente no fortalecimento da cultura literária do Agreste de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/05/2026

Discussão Única do Requerimento nº 5182/2026

Autor: Dep. Wanderson Florêncio

Voto de Aplausos à empresária Luciana Delavec, especialista em inteligência artificial e fundadora da FloxHub Tecnologia, em reconhecimento à sua destacada atuação no desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras, especialmente na promoção da transformação digital e da modernização da educação pública no Estado de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/05/2026

Discussão Única do Requerimento nº 5183/2026

Autor: Dep. Jarbas Filho

Voto de Aplausos ao município de Bonito, pelos 193 anos de sua emancipação política, comemorados no dia 20 de maio de 2026.

DIÁRIO OFICIAL DE - 19/05/2026

Portaria

PORTARIA Nº 608/2026

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, conforme Portaria nº. 348/2018, do Primeiro Secretário e tendo em vista o Alepe Trâmite nº. 5347/2026 e Parecer da Procuradoria Geral nº. 257/2026.

RESOLVE: conceder ao servidor **ERICK BEZERRA DE SOUZA**, matrícula nº 569, o gozo de 01 (um) mês de licença-prêmio, referente ao 1º (primeiro) quinquênio, a partir de 25.05.2026, conforme se depreende do parágrafo único do art. 112 do Estatuto dos Servidores Públicos de Pernambuco – Lei nº 6.123/68.

Sala Austro Costa,22 de maio de 2026.

ALDEMAR SANTOS
Superintendente Geral